

Maria Marta Araújo

Uma janela para o mundo

Em meio à inestimável coleção de jornais mineiros do século XIX, disponível *on-line* no Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro (SIA-APM), destaca-se *O Universal*, um dos periódicos que tiveram participação mais ativa nos embates que se travaram em torno da construção da nação e do Estado imperial brasileiros.

> Com a retomada e renovação dos estudos de história política nas últimas décadas, sobretudo a partir do impulso que lhe foi dado pela historiografia francesa,¹ a imprensa tem recebido ainda maior atenção dos pesquisadores, sobretudo daqueles interessados em compreender de forma ampliada os diferentes mecanismos de produção e circulação das ideias em diversos contextos e lugares. Nessa nova perspectiva nada se perde, nem mesmo as contribuições mais efêmeras e transitórias, consideradas, inclusive, como as de maior valor para a compreensão dos processos de construção do pensamento político e social de uma época. Assim, lembra Quentin Skinner que tal entendimento histórico não será atingido “se continuarmos, no estudo das ideias políticas, concentrando o eixo de nossa atenção naqueles que debateram os problemas da vida política num nível de abstração e inteligência que nenhum de seus contemporâneos terá alcançado”.²

A história das ideias políticas passa a ser então inseparável de uma história da difusão das ideias e de sua diluição em meio aos diferentes suportes, interessando-se pelas “formulações vulgares dos temas políticos, pelo pensamento automático dos órgãos de opinião, pelos reflexos condicionados, pela circulação dos mitos e dos estereótipos, pelos novos suportes dos enunciados ideológicos”.³

Revolucionária pelos impactos gerados em praticamente todos os campos da vida humana a partir do século XIX, a imprensa periódica é fonte imprescindível para a história política e mesmo hoje, com a ampliação dos veículos de comunicação, não deixou de ser ainda o principal alimento da política no seu cotidiano.

O propósito deste artigo é, portanto, chamar a atenção dos pesquisadores para as potencialidades abertas pela coleção de jornais mineiros do século XIX como fonte de leitura e análise de uma época fundamental da história política brasileira, cujo acesso se encontra hoje

facilitado por meio da digitalização e pesquisa *on-line*. E há certa urgência nisso, pois, como alerta Marco Morel, “os conteúdos de jornais periódicos do século XIX ainda estão por ser incorporados de maneira mais efetiva aos recentes estudos históricos no Brasil”.⁴ Nesse período, como bem observa o autor, a imprensa constituiu um complexo agente histórico, que apesar de suas especificidades e ritmos interliga-se de forma dinâmica a outros mecanismos de participação, em meio às sociabilidades formais e informais, aos embates eleitorais e à movimentação política que, desde a Independência, passou a tomar conta das principais cidades brasileiras.

Frequentar pontos de venda dos impressos, leituras coletivas e cartazes e papéis circulando de maneira intensa pelas ruas são práticas que passam a se incorporar ao cotidiano da população. [...] A alfabetização era escassa, mas o rótulo de “elitismo” para a imprensa que surgia deve ser visto com cautela. Mesmo no Brasil escravista. Havia cruzamentos e interseções entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas. E a leitura, como nos tempos então recentes do Antigo Regime, não se limitava a uma atitude individual e privada: possuía contornos coletivos. Neste sentido, a circulação do debate político ultrapassava o público estritamente leitor.⁵

Entre 1823 e 1897, considerando o arrolamento de Xavier da Veiga,⁶ foram publicados 861 jornais em Minas Gerais, num total de 117 localidades. A maior parte desses jornais surgiu na segunda metade do século e, se não está hoje totalmente desaparecida, encontra-se dispersa em acervos e arquivos, justificando a realização de um trabalho de pesquisa e identificação que permita sua digitalização e disponibilização *on-line*.⁷

Na Coleção de Jornais Mineiros do Século XIX, disponível *on-line* no Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo

Público Mineiro (SIA-APM), o pesquisador poderá encontrar 267 periódicos, uma amostra considerável do que foi a produção jornalística no período de 1825 a 1900. As possibilidades de pesquisa são inúmeras, tanto do ponto de vista geral do acervo como até mesmo do estudo e análise de um único jornal, como é o caso d’*O Universal*, cuja coleção, praticamente completa, está disponível no SIA-APM.

Personagem da época

Fonte imprescindível para a história política de Minas Gerais na primeira metade do século XIX, destacando-se por sua longa existência, entre os anos de 1825 a 1842, *O Universal* foi também um dos mais importantes personagens dessa época, com participação ativa nos embates que se travaram em torno da construção da nação e do Estado imperial brasileiros: ora radical ora moderado, mas sempre integrado às fileiras do então Partido Liberal.

Seu primeiro número foi publicado em 17 de julho de 1825, impresso pela Tipografia Patrícia de Barbosa & Cia. de Ouro Preto, cuja história também merece ser destacada, uma vez que foi a primeira tipografia de Minas Gerais, totalmente construída com recursos locais pelo mecânico prático Manuel José Barbosa, por volta de 1822.

A importância do impressor Manoel Barbosa na história da imprensa mineira é inegável, pois na sua tipografia em Ouro Preto foram editados os primeiros jornais de Minas: o *Compilador Mineiro*, cujo primeiro número é de 13 de outubro de 1823; o *Abelha do Itaculomy*, nascido em 12 de janeiro de 1824; o *Companheiro do Conselho*, que apareceu em 1825, era o único jornal da província e estava prestes a desaparecer quando surgiu *O Universal*. Em função disso, a nova publicação apelava para a imperiosa necessidade de se contar ao menos com um periódico na “maior província do Império”.

Mesmo que se consigam identificar os primeiros jornais lançados em Minas Gerais, muitas questões demandam maior investigação, permanecendo ainda sobre o tema diversos pontos obscuros e controversos, sobretudo em relação aos homens – proprietários e redatores – que estavam por trás desses primeiros periódicos.⁸ Essa nebulosidade em torno do aparecimento da imprensa mineira seria explicada, principalmente, pela escassez de exemplares dos primeiros jornais nas principais bibliotecas do país e do Estado de Minas Gerais, segundo Hélio Vianna.⁹ Mas se pode também atribuir o fato ao próprio conteúdo temático da imprensa da época, eminentemente política, ou seja, sendo os jornais resultado da iniciativa particular, os redatores encontravam no anonimato maior liberdade para suas invectivas e ataques aos grupos e partidos adversários.

Algumas considerações, contudo, já podem ser feitas em relação ao jornal *O Universal*. Com quatro páginas em formato 25 x 16cm, circulava três vezes por semana e a iniciativa de sua publicação coube diretamente ao impressor Manoel Barbosa, que foi seu proprietário durante os dois primeiros anos. Nesse período, o jornal conta com a colaboração de escritores e políticos eminentes de Minas Gerais, que permanecem, porém, ocultos, muitas vezes sob pseudônimos, como no caso das correspondências de leitores, ou nos diversos artigos sem autoria.

Cogitou-se muito na época, e até hoje muitos autores tomam isso como um fato incontestável, que Bernardo Pereira de Vasconcelos tenha sido o principal redator d’*O Universal*.¹⁰ No entanto, por diversas vezes, essa informação foi negada pelo próprio jornal. Vasconcelos era acusado na época de ser o senhor da única imprensa de Ouro Preto. Verdade ou não, a pressão era tal que foi necessária uma declaração categórica do impressor Barbosa, dizendo que Vasconcelos não era o redator do periódico e que não tinha parte alguma nele “como geralmente se crê”.¹¹

O UNIVERSAL.

1825



Rien n'est beau que le vrai;
le vrai seul est aimable.
Voltaire.

Como o Companheiro do Conselho deve de acabar em breve, e os Illustrados Redactores da Abelha não continuam por ora a publicar o seu Periodico, eu me vi na necessidade de escrever, para transmittir as noticias mais interessantes, que chegarem ao meu conhecimento. Não terão lugar nelle outras correspondencias, se não as que tratarem dos objectos em geral, e não contiverem personalidades, porque meu fim he a illustração publica, e não suscitar odios entre os Cidadãos, fructo unico de taes personalidades. Preferirei sempre a publicação das Leis, Decretos, e Porta-

rias, pois apesar de que estes objectos não agradem tanto, como devem, sua vulgarisação he da primeira necessidade, e todos os Cidadãos devem procurar tão importante conhecimento. O preço deste Periodico do mesmo formato, e de tantos N.ºs semanas como a Abelha, he muito mais diminuto, e não havendo grande numero de assignantes a perda he certa. Espero, que nossos Comprovincianos não deixarão de concorrer com suas assignaturas para assim haver ao menos hum Periodico, nesta a maior Provincia do Imperio.

Por Decreto do 1º de Dezembro de 1824, Manda S. M. o Imperador executar provisoriamente huma Tabella, que dá nova Organização ao Exercito da qual extrahimos o que pertence á nossa Provincia.

Antiga Organização.

Regimento de Cavallaria de Linha do Ouro Preto

1.º e 2.º Regimento de Cavallaria de Milicias do Ouro Preto

3.º e 4.º dito de Marianna

1.º 2.º e 3.º de S. João

1.º 2.º e 3.º de Sabará

Regimento de Piracatú

1.º 2.º e 3.º do Serro frio

Regimento da Comarca de S. Francisco

Esquadrões avulsos de S. João

Nova organização.

2.º Regimento de Cavallaria da 1.ª Linha do Exercito.

São reduzidos a hum 5.º Regimento de Cavallaria ligeira da 2.ª Linha do Exercito.

6.º de Cavallaria ligeira da 2.ª L.ª & Reduzidos a 2 = 7.º dito de S. João, e 8.º da Campanha.

Reduzidos a 2 = 9.º dito de Sabará = 10.º dito de Pitangui.

11.º de Piracatú.

Reduzidos a 2 = 12.º da Villa do Principe = 13.º de Minas novas.

14.º da Villa de S. Francisco.

15.º do Pouso alto.



BERNARDO DE VASCONCELLOS

Retrato de Bernardo Pereira de Vasconcelos (1785-1850), a quem se atribuiu a redação d'O Universal. Gravura de Sisson. In: MONTEIRO, Tobias. *História do Império, Tomo II - O Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Editores, 1946.

Porém, é certo que *O Universal* esteve ao lado de Vasconcelos, apoiando-o firmemente em diversos momentos de sua carreira política, até o seu afastamento do Partido Liberal e a adesão à causa do regresso, quando o jornal, com a mesma intensidade, transforma-se num de seus principais adversários. Conforme destaca Xavier da Veiga, a partir de 1837, o jornal faz oposição cada vez mais veemente ao estadista, “não lhe poupando doestos e acusações”.¹² Antes disso, a grande liderança que Vasconcelos exercia em Minas Gerais e os diversos episódios de sua destacada atuação na cena política do Império, sobretudo na Câmara dos Deputados, estão

documentados nas páginas d'O *Universal*, independentemente de ser ele ou não seu principal redator, ou figurar apenas como colaborador eventual.

Liderança inequívoca

No seu primeiro ano de vida, *O Universal* se destaca pelo apoio ao Conselho Provincial de Minas Gerais, nessa época sob a liderança inequívoca de Vasconcelos, particularmente na sua luta contra o decreto imperial que permitia o monopólio da exploração do Rio Doce por companhias inglesas. Em relação ao caso, o jornal franqueia amplo espaço aos seus leitores, que estabelecem longa polêmica com um correspondente que escreve na imprensa do Rio de Janeiro, sob o pseudônimo *Paraopebano*. Dizendo-se mineiro, ele acusa o Conselho da Província de promover a sedição ao se contrapor a um decreto imperial.

Esse debate, que tem em Vasconcelos uma de suas figuras centrais, ganha interessante dimensão nas páginas do jornal, com a participação de leitores que se dispõem, inclusive, a analisar a situação da mineração em Minas Gerais e a propor alternativas para seu desenvolvimento econômico. Somente esse fato e sua repercussão na imprensa da época já justificariam um estudo específico, uma vez que toca em questões importantes relativas aos interesses econômicos e políticos de diferentes grupos dentro e fora da província e a pressão desses grupos sobre o governo imperial.

Mas voltemos ao nosso esforço de identificar o redator d'O *Universal*. Na verdade, o nome de um redator propriamente dito só aparece em fins de 1825, quando, tímido e desculpando-se por sua falta de luzes e de conhecimentos, buscava desvencilhar-se da sombra do “ilustre mineiro” que se reputava ser o verdadeiro redator do jornal. Comprometia-se perante aos seus leitores não só a continuar a redigir *O Universal*, mas de não poupar os erros e abusos dos empregados

públicos, “porque é bem manifesto, quanto a liberdade de imprensa coíbe os crimes, e quanto as autoridades receiam o serem notadas, arguidas”.¹³ São palavras expressas por aquele que depois se tornaria uma das figuras proeminentes da política do Império: José Pedro Dias de Carvalho, cuja biografia é possível desvendar com o auxílio de Xavier da Veiga.

Primeiro redator

Nascido em Mariana, a 16 de julho de 1805, José Pedro Dias de Carvalho não possuía ascendência nobre ou rica, porém, desde cedo, demonstrou grande talento e dedicação aos estudos, substituindo, com apenas 15 anos, seu professor de latim durante o intervalo de um ano. Moço ainda, obteve a provisão de advogado em Ouro Preto, mesmo sem ter cursado a academia. Conforme enaltece Xavier da Veiga, chegou a ser um “verdadeiro ‘doutor sem carta’ e a ocupar as mais altas posições no governo e na representação nacional”.¹⁴

Iniciou sua carreira política como vereador da Câmara Municipal de Ouro Preto, onde exerceu também a função de fiscal. Seus conhecimentos na área das finanças públicas permitiram-lhe conquistar também o cargo de inspetor da Tesouraria de Fazenda da província. Foi eleito diversas vezes para o Conselho Geral de Minas Gerais e para a Assembleia Legislativa Provincial. Exerceu a Vice-Presidência e logo depois a Presidência da província, entre os anos de 1847-48. Na Assembleia Geral, exerceu o mandato de deputado nas seguintes legislaturas: 1834-37; 1838-1841; 1842 (dissolvida); 1845-1847 e 1848, tendo assento como suplente nos anos de 1850 a 1852 e de 1855 a 1856, sendo também eleito senador por Minas Gerais em 1858. Em 1876, foi nomeado pelo imperador para o Conselho de Estado e, devido aos seus amplos conhecimentos de administração pública, ocupou por diversas vezes o Ministério da Fazenda durante o reina-

do de Pedro II, além de exercer os cargos de diretor e presidente do Banco do Brasil.

Quando tomou para si a função de redator d’*O Universal*, José Pedro Dias de Carvalho tinha apenas 20 anos. Poucos meses depois, e para evitar o seu fechamento, tornou-se também proprietário da tipografia (que depois veio a denominar-se *Tipografia Patrícia do Universal*). O prospecto que escreveu para demarcar a nova fase do jornal evidencia a mudança nas suas condições de sobrevivência, assim como destaca o mérito de Manuel José Barbosa, cujo “infatigável patriotismo” deu a Minas Gerais uma imprensa:

[...] por onde pudéssemos livremente comunicar os nossos pensamentos, as nossas queixas, e os nossos louvores. [...] Agora porém mais que nunca este Estabelecimento se acha ameaçado de ruína; porém o patriotismo Mineiro não permitirá que caia um Edifício, sobre que se funda a sua Liberdade, e os seus direitos de queixa, e reclamação. Até aqui trabalhamos às ordens do Impressor; porém agora tomamos a propriedade com condições onerosas, e se não formos ajudados a perda será certa da nossa parte, e perda com sacrifícios de liberdade, e segurança pessoal, excedem os limites não digo do patriotismo; mas da boa razão, e da prudência: a causa em que trabalhamos é geral; devemos-nos unir todos pres-tando cada um o que estiver ao seu alcance.¹⁵

A partir do momento em que José Pedro Dias de Carvalho assumiu inteiramente a sua publicação, mais precisamente a partir do n. 1 de 16 de julho de 1827, *O Universal* entrou em uma nova fase, consolidando-se enquanto órgão de opinião e um dos mais importantes defensores do ainda embrionário Partido Liberal, no cenário político mineiro e nacional. Sob sua orientação, o jornal sempre se manteve na perspectiva do liberalismo, na maior parte das vezes moderado, aproximando-se,

porém, dos exaltados no que dizia respeito às tentativas de impor limites mais precisos ao poder do monarca, na defesa do parlamento enquanto meio de controle do governo e na crença de que, gradualmente, seria possível construir um governo constitucional, representativo e até mesmo democrático.

Epígrafes

Nessa época, o uso frequente de epígrafes e citações, logo abaixo dos títulos dos jornais, é bastante revelador da preocupação de se corroborarem os posicionamentos e as filiações políticas¹⁶ e, no caso d’*O Universal*, era também uma resposta a diferentes conjunturas.

A primeira epígrafe utilizada pelo jornal e que se manteve durante os anos de 1825 a 1829 foi a frase *Rien n’est beau que le vrai: le vrai seul est amable*.¹⁷ De meados de 1829 a 1831, era citado o artigo 179 da Constituição brasileira sobre a liberdade de imprensa: “Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa sem dependência de censura; contanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste direito, nos casos, e pela forma que a Lei determinar”.

Após o movimento político que levou à abdicação de Pedro I, nos anos de 1831 a 1835, *O Universal* trouxe estampada em sua primeira página uma citação, em francês, de Bonnin, numa defesa inequívoca do direito de resistência e rebelião: “Somente o povo tem o direito incontestável, inalienável, imprescritível de instituir o governo, assim como de reformá-lo, corrigi-lo ou mudá-lo totalmente quando sua proteção, sua segurança, sua propriedade e sua felicidade o exigirem”.¹⁸

De 1836 a 1840, em português: “A ordem é banida dos lugares onde habita a tirania; a liberdade desterrada dos lugares onde a desordem reina: estes dois bens deixam

de existir quando os separam”.¹⁹ E finalmente, entre 1841 e 1842, a sentença latina: *In medio posita est virtus*, que é uma variação de *In médio stat virtus* (no meio está a virtude), frase muito conhecida e utilizada com frequência para afirmar a importância da moderação em contraposição aos comportamentos extremos.

De certa forma, a vigência dessas diferentes epígrafes permite construir uma periodização tanto para a trajetória do jornal quanto para sua época, dada a sua inserção na vida política do Império.

Além de sua forte presença no debate que antecede o movimento revolucionário de 1842, o periódico teve participação direta nos eventos motivadores da sedição militar de 1833, pois muito contribuiu para acirrar os ânimos e levantar os ódios entre os agrupamentos existentes, mais especificamente entre os moderados, exaltados e restauradores, personagens da grande polêmica travada na imprensa da época.

Há muito prenunciava-se próxima a revolta restauradora em Minas Gerais. Os sintomas disso cada dia mais se acentuavam pela organização de clubes secretos e pela polêmica azeda dos periódicos de Ouro Preto, São João del-Rei, Sabará, Mariana e Caeté: *O Universal*, o *Novo Argos*, o *Astro de Minas* e o *Homem Social*, apoiando o governo legal da regência e de seu delegado na província e tendo por isso, e pela habilidade e prestígio de seus redatores, maior eco na opinião; e o *Grito do Povo*, *Papagaio*, *Vigilante* e *Despertador Mineiro*, órgãos da oposição, tão constantes na brecha como intrépidos no ataque.²⁰

Se em 1833 o jornal se colocou ao lado do governo regencial, assumindo uma atitude legalista, estivera antes bastante firme na oposição, denunciando o autoritarismo do governo de Pedro I, como também depois, a partir de 1837, no ataque ao conservadorismo que

UNIVERSAL

In medio posita est virtus.

Segunda feira 14 de Maio de 1842.

Continuar-se-á.

Na Typografia do Universal, Propriedade
J. P. Dias de Carvalho; estabelecida na
C. do Ouro preto. Praça n. 15. Anno
1842. Impressor Joaquim José de Moura

Divisa latina *In médio posita est virtus* (no meio está a virtude) utilizada como epígrafe do jornal *O Universal* entre 1841 e 1842. Exemplar do Acervo da Hemeroteca Histórica, divisão da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais.

Créditos editoriais do jornal *O Universal* em 1842. Exemplar do Acervo da Hemeroteca Histórica, divisão da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais.

tomou conta do governo imperial e que foi responsável pelo regresso político que durou até 1842.

Como já observado anteriormente, o anonimato, característica comum nessa época,²¹ impede que se atribua com certeza a autoria dos textos publicados na imprensa da época, e o mesmo vale para *O Universal*. A incerteza permanece mesmo naqueles textos cuja autoria nos parece mais óbvia, como no caso dos estudos acerca das finanças da Província de Minas Gerais, assunto de que era especialista José Pedro Dias de Carvalho. Até em relação aos artigos que aparecem assinados pelo redator restam dúvidas, pois José Pedro foi substituído por diversas vezes e houve até um momento em que *O Universal* contou com três redatores.

Vantagens e sacrifícios

De todo modo, se a imprensa exigia sacrifícios pessoais e financeiros, dando crédito ao redator d'*O Universal*,

era uma arma eficiente na mão dos políticos mineiros da época, e não seria absurdo acreditar que parte significativa daqueles que se debatiam seja no parlamento, seja na tribuna da imprensa, tenham colaborado de alguma maneira para o jornal, dada sua audiência em Minas Gerais. Ameaçado algumas vezes por processos, dos quais saiu sempre absolvido, ou pela falta de assinantes, *O Universal* encerrou suas atividades em virtude da conjuntura política, às vésperas da Revolução de 1842, quando diversos órgãos da imprensa oposicionista passam a ser alvo da perseguição do governo, naquele momento nas mãos dos conservadores e principais mentores do “regresso”.

Um dos principais personagens da Revolução Liberal de 1842, atribui-se a José Pedro de Carvalho a redação do *Manifesto dos Rebeldes*, impresso na Tipografia do Universal.²² Conta ainda Xavier da Veiga que:

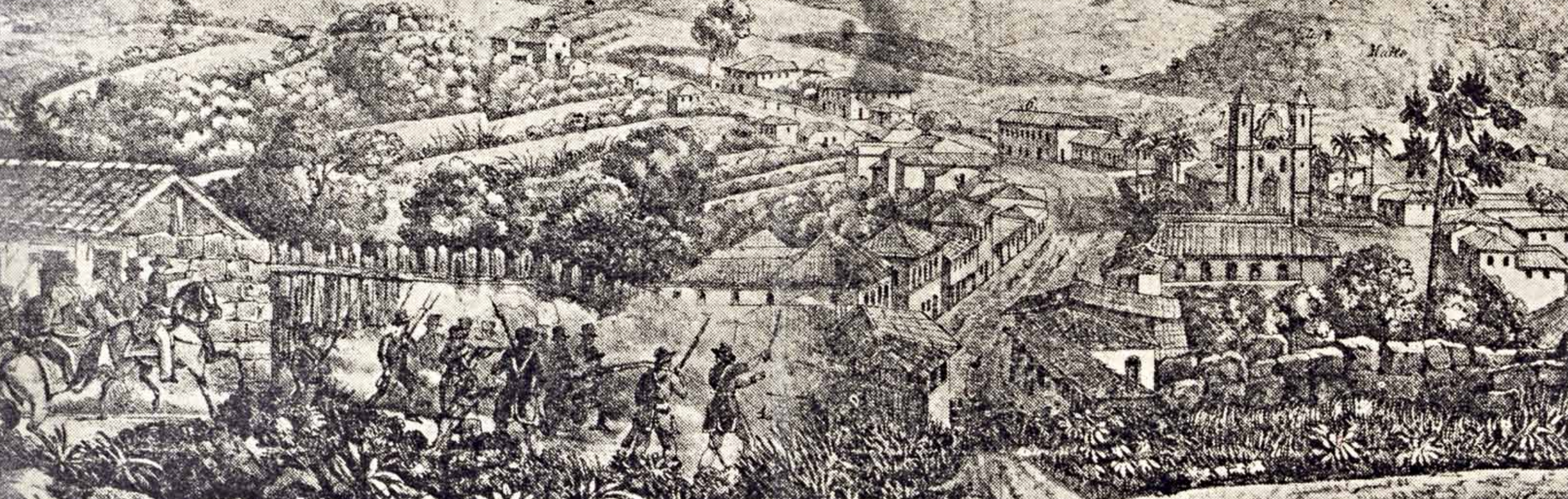
Dos tipos do Universal mandou o seu proprietário fazer balas, que forneceu em quantidade

para a rebelião. Deu-nos notícia disto um velho tipógrafo, em 1842 empregado na oficina do Universal e há pouco falecido com cerca de 77 anos de idade em Ouro Preto, tipo muito popular sob a alcunha decorativa de Gutemberg.²³

Após a derrota do movimento na famosa batalha de Santa Luzia, o proprietário d'*O Universal* esteve preso na cadeia de Ouro Preto, juntamente com outros rebeldes, entre eles os republicanos Teófilo Otoni e padre Joaquim Camilo de Brito. Assumindo a própria defesa no processo em que foi acusado do crime de rebelião e pronunciado como cabeça no movimento de 1842, José Pedro de Carvalho foi absolvido unanimemente, e por duas vezes, pelo júri de Ouro Preto. Conforme descrição feita na época, compareceu perante o tribunal vestido de preto e com bastante desembaraço dirigiu um respeitoso cortejo ao presidente, depois aos jurados, que se levantaram para corresponder-lhe. Os numerosos espectadores que encheram as galerias o ouviram com atenção e respeitoso silêncio até as duas

para as três horas da manhã. “A sua presença de espírito, o modo grave, e a firmeza com que se comportou tanto na entrada, como durante o tempo em que esteve perante o tribunal, e sobretudo, a energia com que se defendeu, excitaram a seu favor a maior simpatia.”²⁴

Em sua defesa, José Pedro argumentou que não tinha a intenção de cooperar para uma revolta na província e que, ao contrário, como escritor público há muitos anos, nunca pregou a doutrina das revoluções e que suspendeu a publicação d'*O Universal*, periódico que escrevia em oposição ao governo, logo que chegou a Ouro Preto a notícia da sedição de Sorocaba, com o objetivo de não embarçar a sua marcha. O último número do jornal foi então apresentado por ele como prova de sua conduta. Sua saída de Ouro Preto, em maio de 1842, às vésperas da eclosão da revolta – cujo impulso inicial partiu de Barbacena a 10 de junho daquele mesmo ano –, não teria acontecido se não tivesse um motivo urgente, que era o de constar geralmente – conforme atestaram diversas testemunhas – que se pretendia prendê-lo



Detalhe da marcha dos revolucionários mineiros na Vila de Queluz. Litografia de Heaton & Rensburg. In: MARINHO, Cónego José Antônio. *História do movimento político que no ano de 1842 teve lugar na província de Minas Gerais*. Conselheiro Lafayette: Tipografia Almeida, 1939.

como proprietário da tipografia que imprimia o *Guarda Nacional*.²⁵ Foi preso então durante sua ausência do proprietário o administrador da tipografia, Januário Francisco da Rocha, que não podia ser responsabilizado como editor do periódico. Sem entrar nos outros argumentos que apresentou para não ser incriminado como um dos cabeças da revolta, mas simplesmente como cúmplice, cabe destacar a defesa que fez do que considerava um movimento político legítimo e que não o reconhecia como rebelião.

Longe de quererem os revolucionários destruir a Constituição, tomaram armas para defendê-la; porque a supunham violada pelo partido dominante.

É um dever do cidadão nos governos livres sustentar as suas garantias, e opor-se ao poder, quando ele procura aumentar o ciclo de suas atribuições à custa dos direitos individuais, e a sua força para oprimir os cidadãos, e para restringir a sua liberdade, a qual uma vez perdida fica o homem reduzido à metade do seu antigo valor, indiferente aos negócios públicos, à prosperidade, e à glória da sua pátria [...]. Os mineiros que como eu tomaram parte no movimento de 10 de junho, estavam persuadidos da existência de um partido, cujos esforços se encaminhavam para cercear a parte democrática da constituição desenvolvida em nossas leis

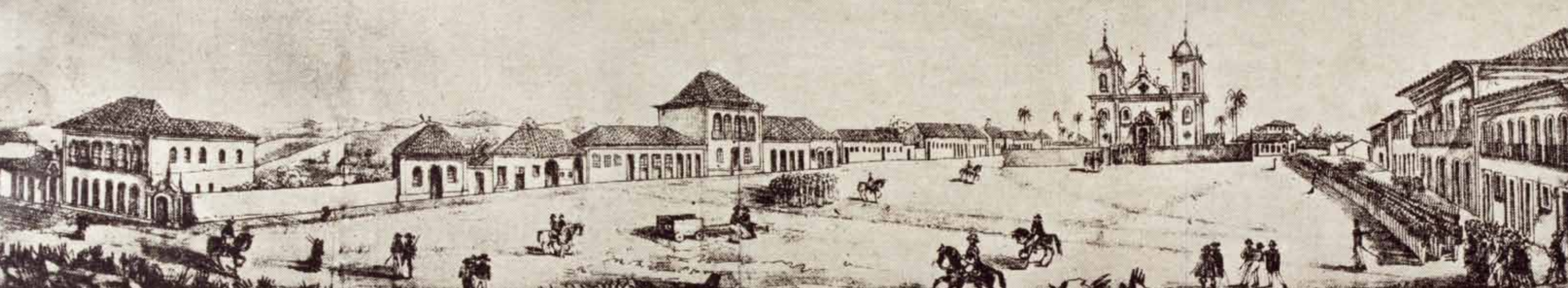
regulamentares. Para comprovar esta tendência do partido, eles citavam principalmente a Lei que interpretou o Ato Adicional à Constituição, e a que reformou o Código do Processo, pelas quais julgava aniquilado o poder popular, tudo centralizado, e as províncias privadas de muitos recursos, que as leis anteriores lhes haviam concedido para o seu regime especial.²⁶

Embates ideológicos

O ano de 1842 determina não apenas o fim d'O *Universal*, mas de toda uma época na qual o entusiasmo

e a paixão foram talvez os principais motores da ação política. Após a Revolução Liberal, serenaram-se os ânimos na província e a vida passou a seguir seu rumo normal, no entender daqueles que a combateram e que ao final saíram vitoriosos. Eram eles os chamados “dirigentes saquaremas”, cujos princípios norteadores foram sempre as noções de Ordem e Civilização, em detrimento do apelo concreto à liberdade.²⁷

Mas a estabilidade política que caracteriza o Segundo Reinado não foi conquistada apenas com as armas, pois muitos daqueles que antes viram motivo para rebelar-se aceitaram a situação como um fato consumado, incorporando-se de alguma forma ao



Praça de Barbacena em 1842. Litografia de Heaton & Rensburg. In: MARINHO, Cônego José Antônio. *História do movimento político que no ano de 1842 teve lugar na província de Minas Gerais*. Conselheiro Lafayette: Tipografia Almeida, 1939.

jogo político, como é o caso do político “luzia” José Pedro de Carvalho. Por outro lado, se isto ocorreu foi porque os dirigentes saquaremas souberam aliar à restauração “as transformações necessárias à expansão da classe, ainda que para tanto muitas vezes tivessem sido obrigados a contrariar interesses poderosos e a querer preservar o governo a qualquer preço”.²⁸

Retomar o debate que antecede e se configura no período é reconhecer, porém, que esse processo não ocorreu sem resistência e que esta assumiu não só o caráter de embate ideológico, como de luta armada.

O simples fato de estarmos diante da forma mais explícita de luta entre homens vivendo socialmente – a guerra civil – exibiu a parcialidade dos pressupostos de uma sociedade integrada organicamente; as práticas contraditórias, múltiplas e canalizadas até à eliminação do outro, eram o retrato mais flagrante da inversão daqueles pressupostos.²⁹

Para a compreensão de movimentos dessa natureza, interessa mais conhecer os embates ideológicos, a formação dos grupos rebeldes e suas representações

simbólicas do que os combates militares propriamente ditos. Nessa perspectiva, percebe-se que alguns deles foram intensamente vividos por seus protagonistas como verdadeiras revoluções, cabendo indagar os significados que esse tipo de ação coletiva tinha na época. Nesse aspecto, é importante ressaltar que a ideia de revolução que predominou nesse tempo nem sempre esteve automaticamente vinculada às aspirações e aos movimentos das camadas pobres da população, escravas ou livres, e que era uma ideia resultante da modernidade política, elaborada ou assumida pelas elites urbanas, letradas ou não – grupo que, em Minas Gerais, não era tão pequeno assim, dado o padrão de urbanização da província.

Assegurar ao indivíduo garantias agora tidas por essenciais – tais como os direitos do cidadão e a liberdade de pensamento, de imprensa e de reunião e associação – tornou-se um dos pontos reivindicatórios básicos daqueles que, por sensibilidade, convicção ou interesse, defendiam o fim do Antigo Regime e propunham o ingresso na modernidade, embora ainda não soubessem defini-la com precisão. Nesse ambiente, garantir essas liberdades e direitos por meio de

uma Constituição, que, limitando os poderes do soberano, desse voz à sociedade, por meio de uma representação nacional, converteu-se na principal bandeira dos espíritos esclarecidos da época. Estavam dadas, assim, as condições para o confronto entre as forças tradicionais e as forças renovadoras, que marcou os anos de 1820 a 1848 com uma série de ondas revolucionárias e que não deixou de estender-se até 1870, quando da unificação da Alemanha e da Itália, prolongando-se ainda, no século XX, em outras bases, com a afirmação dos movimentos socialistas.³⁰

É nesse espectro mais amplo de ideias que se quer inserir *O Universal* e os embates de que tomou parte em Minas Gerais. Principalmente, não se deve considerar esses movimentos e agitações políticas apenas – como tem sido feito na maior parte das vezes – como expressão de querelas regionais de grupos dirigentes ou de simples disputa entre facções. Importa lembrar que estavam em jogo questões amplas e decisivas relativas ao processo de formação da nacionalidade brasileira e que esses fatos e seus personagens são, portanto, bastante reveladores das ideias e práticas políticas de então.

Toda essa literatura política que aparece dispersa no jornal é, portanto, uma das fontes principais para a identificação das palavras, ideias, valores e representações pelos quais se exprimiu o pensamento político nessa época, marcada profundamente pela cultura do liberalismo.

Fato comum no período, as páginas de *O Universal* encontram-se recheadas de correspondências, num interessante diálogo que se estabeleceu entre o jornal e seus leitores e entre eles próprios. Ainda que os autores dessas cartas apareçam escondidos sob os mais variados e até divertidos pseudônimos – como é o caso do *Amante do Presente* ou do *Verdadeiro Amigo de Seu País* ou, ainda mais inusitado, como *O Desesperado* –, esses textos constituem fonte importante para uma investigação mais detida acerca dos temas em circulação e dos diferentes pontos de vista ou das percepções do momento.

Tais correspondências constituem um *corpus* documental extremamente rico e que permite várias entradas e diferentes possibilidades de leitura. O grande espaço que lhes era reservado nas páginas do jornal leva à conclusão de que faziam parte de um mesmo

grupo de jornalistas e leitores e que *O Universal*, assim como outros periódicos da época, foi antes de tudo um espaço aberto à expressão das ideias e veículo de participação política.

Papel do jornal

Concordando com Marie-Eve Thérénty e Alain Vaillant, é um grande equívoco o desprezo que muitas vezes cerca o periódico e que impede de se colocar em justa perspectiva a relação que uma sociedade estabelece com a escrita, com a cultura impressa, vista com ela mesma. Ainda segundo esses autores, o jornal, por seu caráter periódico, conduz o escritor a interiorizar os novos ritmos sociais, onde a imagem do cotidiano se torna cada vez mais forte. Coletivo, o jornal chama o escritor a ver a escrita como um negócio de homens e mulheres trabalhando juntos (graças à troca, ao diálogo, às leituras cruzadas, às correspondências, à convivência intelectual ou social), como uma empresa por natureza interpessoal e dialógica.³¹

Os escritos políticos presentes n'*O Universal* e nos demais jornais dessa época são testemunhos valiosos, capazes de redirecionar as nossas perguntas sobre o período em que ele circulou, abrindo caminho para novas investigações. De certo modo, esses escritos, elaborados no calor dos acontecimentos, funcionam como “espias”, não oferecendo, talvez como qualquer outro documento, a realidade histórica em si mesma, nem mesmo uma visão sistemática ou racional da realidade que buscam retratar ou analisar.

Impregnados pela paixão política, pelo interesse e amor pela coisa pública, esses escritos são indícios, provocações que podem despertar o interesse para o conhecimento dos fatos, homens e ideias de uma época decisiva para a história brasileira. Essa é extremamente carente de novos estudos, inclusive para que se possa

romper com velhos preconceitos, produto da falta de pesquisa, mas também do predomínio de uma visão bastante esquemática das ideias e das práticas políticas no período em questão.

Notas |

1. Nesse aspecto, duas obras são fundamentais: RÉMOND, *Pour une histoire politique* [Por uma história política]. Paris: Seuil, 1988; BERSTEIN; MILZA. *Axés et méthodes de l'histoire politique* [Eixos e métodos da história política]. Paris: Presses Universitaires de France, 1998. Passados 10 anos da edição da primeira obra, a segunda buscou apresentar os resultados práticos, em termos do desenvolvimento de novos métodos de pesquisa, das ideias anteriormente defendidas.

2. SKINNER. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 11.

3. WINOCK. Les idées politiques [As ideias políticas]. In RÉMOND, René (Org.). *Pour une histoire politique*. Paris: Seuil, 1988, p. 246-247.

4. MOREL, Marco. Independência no papel: a imprensa periódica. Disponível em: <www.ceo.historia.uff.br>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2010. Texto publicado originalmente em István Jancsó (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.

5. MOREL, Marco. *Frei Caneca: entre Marília e a pátria*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 70-71.

6. VEIGA, José P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais (1807-1897). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, v. III, p. 194-195, 1898.

7. A esse respeito, cabe lembrar que a Biblioteca Nacional possui em sua coleção de periódicos raros um total de 200 títulos editados em Minas Gerais, em sua quase totalidade no século XIX.

8. Conforme já chamava a atenção Eduardo Frieiro em ensaio de 1962. FRIEIRO, Eduardo. Notas sobre a imprensa em Minas. *Revista da Universidade de Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 12, p. 64-83, jan-1962.

9. VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira* (1812-1869). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. p. 33.

10. Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850) é considerado o estadista mais notável de seu tempo, deputado por várias legislaturas, foi também ministro e conselheiro do Império. Para Xavier da Veiga, *O Universal* obedeceu, até 1836, à inspiração e direção política de Vasconcelos. Cf. VEIGA. A imprensa em Minas Gerais (1807-1897), p. 190.

11. O UNIVERSAL, Ouro Preto, 1826, p. 351. Também se cogitava na época que Vasconcelos fosse o redator do *Companheiro do Conselho*, conforme se vê em O UNIVERSAL, Ouro Preto, 24 ago. 1825, p. 66-68.

12. VEIGA, José P. Xavier da. *Efemérides mineiras*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. p. 688.

13. O UNIVERSAL, Ouro Preto, 9 de dez. 1825, p. 249.

14. VEIGA. *Efemérides mineiras*, p. 467.

15. PROSPECTO. *O Universal*, 16 jul. 1827, p. 1-2.

16. Tais epígrafes devem ser percebidas como uma espécie de senha que o editor inscreve em seu jornal a fim não só de atrair leitores, mas

também de produzir uma leitura mais de acordo com sua intenção, no caso específico d'*O Universal*, essencialmente política. De modo geral, as epígrafes, assim como outros elementos paratextuais, são protocolos de leitura – conforme designação dada por Chartier – depositados nos textos por autores e impressores, com objetivos explícitos ou até inconscientemente, “em conformidade com os hábitos de seu tempo”. CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas de Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 78.

17. “Nada é belo senão o verdadeiro: só o verdadeiro é amável”, de autoria de Nicolas Boileau (1636 -1771).

18. BONNIN, Charles-Jean-Baptiste. *Doctrine sociale, aphorismes universels des lois et des rapports des peuples deduits de la nature de l'homme et des droits du genre humain*. Paris: Brissot-Thivars, 1820.

19. DROZ, Joseph. *Applications de la morale à la politique*. Paris: A. Renouard, 1825.

20. VEIGA. *Efemérides mineiras*, p. 307.

21. “Cobertos por pseudônimos ou iniciais estavam os diversos colaboradores dos periódicos. O pseudônimo ainda reina na imprensa do país. Poucos são os escritores que, por qualquer razão, não fizeram uso deste recurso.” INSTRUMENTAÇÃO da edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense, 1821-1822. Organizada por Marcello de Ipanema e Cybille de Ipanema. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. v. 3, p. 99.

22. SACRAMENTO BLAKE, Augusto Vitorino. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Guanabara: Conselho Federal de Cultura, 1970. v. 5, p. 116-117.

23. VEIGA. *Efemérides mineiras*, p. 190.

24. BREVE descrição do processo formado pelo Dr. Chefe de Polícia. Ouro Preto: Tipografia do Universal, 1842.

25. Esse jornal, de cujos exemplares não temos notícia, fazia uma oposição bastante radical ao governo, conforme o *Correio de Minas*, jornal que apoiava o governo na época.

26. BREVE descrição do processo formado pelo Dr. Chefe de Polícia, p. 80-81.

27. Os dirigentes saquaremas, segundo Ilmar de Mattos, é todo “um conjunto que engloba tanto a alta burocracia imperial – senadores, magistrados, ministros e conselheiros de Estado, bispos, entre outros – quanto os proprietários rurais localizados nas mais diversas regiões e nos mais distantes pontos do Império, mas que orientam suas ações pelos parâmetros fixados pelos dirigentes imperiais, além dos professores, médicos, jornalistas, literatos e mais agentes ‘não públicos’ – um conjunto unificado tanto pela adesão aos princípios de Ordem e Civilização quanto pela ação visando a sua difusão.” MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Access, 1994. p. 3-4.

28. MATTOS. *O tempo Saquarema*, p. 269.

29. MARSON, Izabel Andrade. *O império do progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco* (1842-1855). São Paulo: Brasiliense, 1987. p.14.

30. NEVES, Lúcia M. Bastos P.; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 66.

31. THÉRENTY, Marie-Ève; VAILLANT, Alain (Dir.). *Presse et plumes: journalisme et littérature au XIXe siècle*. Paris: Nouveau Monde, 2004, p. 8. E ainda: “É por todas essas razões reunidas que o jornal pode aparecer paradoxalmente como o produto da sociedade pós-revolucionária e, também, como o herdeiro direto da antiga civilização da palavra oral: esta ambivalência não é o menor de seus encantos”.

Maria Marta Araújo é doutora em História pela Universidade Federal Fluminense e pesquisadora da Fundação João Pinheiro. Exerce atualmente o cargo de vice-presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha/MG).